

# Introdução

## Para uma História do Jornalismo no Meio Invisível

**Nelson Ribeiro**

Universidade Católica Portuguesa/CECC

nelson.ribeiro@ucp.pt

ORCID ID: 0000-0003-4724-550X

CIÊNCIA ID: DF17-7884-EA34

A rádio é um meio de comunicação conhecido pela sua resiliência, tendo-se mantido socialmente relevante até ao presente, não obstante as muitas alterações tecnológicas, de produção e de consumo que testemunhou ao longo do último século. Se é verdade que o aparecimento da televisão despojou a rádio do papel central que outrora havia ocupado enquanto meio de informação e entretenimento, o medium sonoro relevou a capacidade de se reinventar, introduzindo novas lógicas de programação e de produção informativa e adotando novas tecnologias que viriam a favorecer a escuta em contextos diversos, nomeadamente em mobilidade. Já no século XXI, não obstante a discussão sobre a disrupção do modelo de negócio dos media ditos tradicionais, em sequência da transferência de uma parte substancial dos investimentos publicitários para as plataformas digitais (Napoli, 2019), a rádio tem conseguido adaptar-se ao cenário de convergência, diversificando os meios de transmissão, a tipologia de conteúdos oferecidos, mas também o modo de programar as estações e de estimular a sua presença online, o que lhe tem permitido contactar com novos públicos e aprofundar a relação que mantem com os ouvintes.

Numa sociedade altamente marcada pelo visual, a rádio — que online também comporta imagem, tanto estática como em movimento — permanece como um medium que joga com a sua própria invisibilidade para se manter como parte integrante da dieta mediática contemporânea. Ao invés dos outros meios de comunicação que obrigam a ‘ver’, e que disputam a atenção dos indivíduos e das audiências, a rádio não procura uma atenção exclusiva, mas antes acompanha os ouvintes enquanto realizam as mais diversas tarefas quotidianas. Esta conjugação da invisibilidade com uma escuta que não exige exclusividade é certamente uma das razões que justifica a longevidade do meio sonoro, a par da sua capacidade de adaptação e de reinvenção.

Nas últimas décadas assistimos a um aumento significativo dos estudos sobre rádio, contrariando a ideia muitas vezes propagada da irrelevância do meio sonoro no ecossistema mediático dominado pelos meios digitais. Tal não impediu, contudo, que a história do jornalismo radiofónico permanecesse como uma área pouco explorada. No caso português,

e como Rogério Santos lembra no primeiro capítulo deste livro, até muito recentemente a informação radiofónica era referida apenas como um pormenor na literatura especializada, incluindo na *Telefonia* de Matos Maia (1995), que até ao início do século XXI permaneceu como um dos livros de referência sobre a história da rádio em Portugal. Se é verdade que nas últimas duas décadas se assistiu ao recrudescimento do número de trabalhos sobre a história da rádio produzidos em contexto nacional (Bonixe, 2012; Cristo, 2005; Ribeiro, 2005, 2014; Reis, Ribeiro e Portela, 2014; Santos, 2005, 2014, 2017 e Santos, 2013), nos quais a informação radiofónica não é ignorada, é igualmente verdade que, mesmo nestas obras, o jornalismo não é o objeto central mas apenas um entre vários, com os autores a debruçarem-se sobre questões tão diversas quanto as tecnologias, o controlo político, os profissionais, os conteúdos de programação e a receção por parte de diferentes públicos. Por esta razão, o presente livro constitui uma primeira tentativa de trazer a história do jornalismo radiofónico para primeiro plano, o que se revela uma tarefa particularmente complexa dada a porosidade entre os diversos géneros de programação radiofónica, levando a que os conteúdos que hoje designamos por jornalísticos, em diferentes períodos históricos, estivessem presentes nos noticiários, mas também em magazines, palestras e em diversos programas que procuravam simultaneamente informar e entreter.

A história do jornalismo na rádio é, por isso, uma história que está longe de ser linear e que não se restringe aos blocos noticiosos. Aliás, como os dois primeiros capítulos do livro ilustram, o jornalismo demorou a autonomizar-se como um campo profissional no interior das estações, tal como foram necessárias várias décadas para que o próprio conceito de ‘jornalista’ fosse adotado nas rádios portuguesas. Inicialmente a redação dos textos das notícias estava a cargo de assistentes literários — na Emissora Nacional — ou de uma panóplia de profissionais nas estações privadas, enquanto a leitura dos noticiários era uma responsabilidade dos locutores, os mesmos que apresentavam uma grande diversidade de programas.

Ainda que a disseminação de notícias não fosse a única missão das estações de rádio que emergiram no período entre guerras, a informação ocupou, desde a primeira hora, um lugar com mais ou menos destaque nas grelhas de programação das diferentes emissoras. Como Rogério Santos detalha no capítulo 1, os noticiários evoluíram de um modelo inorgânico — consistindo na leitura das notícias da imprensa — para um modelo orgânico marcado pelo desenvolvimento de um noticiário radiofónico com uma linguagem própria. A fase inicial ficou, contudo, marcada pelo que Bolter e Grusin (1999) denominaram de remediação, em que a rádio se limitava a copiar a linguagem e os conteúdos da imprensa, o que é, aliás, característico de períodos de transição tecnológica.

A porosidade entre diferentes tipos de programas, entre informação e entretenimento, e a utilização de géneros hoje considerados jornalísticos, como a reportagem e a crónica, em espaços de programação diversos e não apenas informativos, leva Rogério Santos a propor-nos uma visão panorâmica sobre o desenvolvimento da informação radiofónica, a qual inclui

uma reflexão sobre diferentes espaços de programação e sobre a relação da publicidade com os noticiários e o jornalismo radiofónico. Abordando cinco décadas da evolução do radiojornalismo em Portugal, ainda antes desta atividade ser efetivamente conhecida como ‘jornalismo’, o capítulo demonstra e discute a evolução da informação nas diferentes estações que marcaram o Estado Novo, desde logo a Emissora Nacional, o Rádio Clube Português e a Rádio Renascença, mas também as estações mais populares que mantinham relações de maior dependência com o Secretariado da Propaganda Nacional, posteriormente Secretariado Nacional de Informação. A censura é igualmente abordada, pela preponderância que tinha nas estações, bem como a importância atribuída pelo regime à informação sobre e para o Ultramar. Entre as muitas pistas de reflexão deixadas por Rogério Santos, destaca-se a problematização sobre o papel das estações privadas no desenvolvimento do jornalismo radiofónico, responsáveis pelo rompimento com o tom solene e formal de noticiário e pela tentativa de tirar real proveito da instantaneidade da rádio. O capítulo discute ainda a apropriação dos diferentes géneros jornalísticos por diversos tipos de programas e a substituição de um modelo de noticiário longo, apresentado por locutores, por um noticiário mais curto, incisivo e apresentado por noticiaristas.

O segundo capítulo, da autoria de Nelson Ribeiro, foca-se no percurso de Fernando Pessoa, que marcou o ecossistema radiofónico em Portugal nas décadas de 30 e 40, e que haveria de tornar no locutor mais emblemático da rádio portuguesa durante a IIª Guerra Mundial. O texto destaca os contributos do locutor para o desenvolvimento do género reportagem que, décadas mais tarde, haveria de se assumir como o género nobre do jornalismo radiofónico em Portugal. Demonstrando igualmente a fluidez das fronteiras entre os diversos tipos de programas que marcaram as primeiras décadas da rádio, o capítulo discute como os locutores das décadas de 30 e 40 eram responsáveis pela leitura de noticiários, mas também pela realização de reportagens no exterior e pela apresentação de palestras, programas de variedades, musicais e mesmo humorísticos. Se, por um lado, este texto demonstra como a produção jornalística estava ainda longe de ser um campo autónomo no interior das estações, por outro discute a importância assumida pelos noticiários em momentos de incerteza, nomeadamente em contextos de guerra, ilustrando igualmente o quão o desenvolvimento da informação radiofónica em Portugal foi travado pela ditadura do Estado Novo que, a par da censura, impunha a cobertura de acontecimentos de promoção do regime e dos seus protagonistas, enquanto decidia quem podia trabalhar nas estações e a quem tal direito era vedado. O caso apresentado no capítulo 2 é também relevante por demonstrar como o regime tentou, e em alguns casos conseguiu, influenciar a linha editorial da BBC, a estação estrangeira mais ouvida em Portugal durante a IIª Guerra, tendo tido também a capacidade de determinar o afastamento de funcionários que Salazar considerava estarem movidos por um “sentimento antipatriótico”. A aversão à presença nas estações de profissionais não alinhados com o regime mostra o quanto a elite do Estado Novo acreditava na capacidade da informação radiofónica influenciar a opinião pública.

Os capítulos 3 e 4 centram-se na evolução da rádio e do jornalismo radiofónico no período democrático. Ana Isabel Reis aborda o fenómeno das rádios pirata, que marcou o final da década de 70 e toda a década de 80, demonstrando como tal foi um momento de charneira na transformação informação radiofónica em Portugal. Após caracterizar o panorama das rádios-piratas, os seus objetivos e as suas formas de organização, a autora centra-se nas mudanças introduzidas no radiojornalismo pelas rádios piratas, muitas delas amadoras, que marcaram os primeiros anos da democracia. Entre as alterações mais significativas, é destacada a emergência do conceito de antena aberta, em que a emissão poderia ser interrompida a qualquer momento para noticiar um acontecimento de última hora. Enquanto a TSF foi a estação diretamente responsável pela importação deste conceito de rádio *all news* para Portugal, a mesma acabou por fazer escola noutras emissoras que, mesmo com poucos meios, procuravam imitar o estilo da TSF, apostando na cobertura em direto, com recurso a reportagens de longa duração, o que, como sublinha Ana Isabel Reis, nem sempre contribuiu para uma melhoria da qualidade da informação radiofónica. Talvez uma das transformações mais significativas introduzidas no radiojornalismo desta época tenha sido o nascimento da ideia do jornalismo de proximidade que levou as estações piratas a dar atenção a temas de interesse social, num movimento que viria a ser seguido pelas estações já estabelecidas e que paulatinamente foram abandonando um alinhamento tradicional com recurso quase exclusivo a fontes institucionais, passando a dar voz ao cidadão comum que até então havia estado afastado dos noticiários radiofónicos. Paralelamente, a linguagem noticiosa alterou-se, adotando um tom mais coloquial, muitas vezes informal, apostando-se igualmente na voz e na sonoplastia como elementos que contribuem para a apreensão da mensagem radiofónica. O capítulo termina com uma discussão sobre a contribuição das rádios-piratas para a formação de uma nova geração de profissionais que encontrou nestas estações o que a autora apelida de ‘escolas’ informais de jornalismo radiofónico.

Se o final dos anos 80 representou a liberalização do setor da rádio em Portugal, com a legalização de mais de três centenas de rádios locais, muitas deles nascidas como piratas, no capítulo 4, Luís Bonixe analisa o que apelida da segunda fase da liberalização da rádio em Portugal com a abertura de um concurso para a atribuição de duas frequências regionais. O autor começa por caracterizar os vários projetos a concurso, destacando os modelos de informação e programação que se propunham implementar e a inovação que pretendiam trazer ao panorama do jornalismo radiofónico. Duas estações merecem destaque particular: a Rádio Nova (sediada no Porto) e a TSF (com sede em Lisboa), as quais se afirmavam como os dois projetos de cariz marcadamente jornalístico que visavam alterar o modo como a rádio produzia informação em Portugal. Amplo destaque é dado igualmente à linha editorial da Rádio Press e do Correio da Manhã Rádio, que viriam a ser as vencedoras do concurso lançado em 1990. Tal como o autor demonstra, o jornalismo não só assumiu um papel central na maioria dos projetos concorrentes como inclusivamente marcou uma tentativa, num dos

casos conseguida, de expansão para a rádio de grupos de media até então exclusivamente focados na imprensa.

Em conjunto, os quatro capítulos que compõem este ebook oferecem uma visão panorâmica sobre momentos e questões centrais da história do jornalismo radiofónico em Portugal. Alicerçando os seus contributos em fontes escritas e orais, nomeadamente em entrevistas com os protagonistas de alguns dos acontecimentos analisados, os autores partilharam o desafio de produzir uma história da rádio sem que, na maioria dos casos, lhes tivesse sido possível ouvir os noticiários e os programas informativos que descrevem e analisam. Este é, aliás, um desafio recorrente de todos aqueles que se dedicam ao estudo da história da rádio, e que se veem confrontados com a exigência de reconstruir cenários sonoros com base em fontes sobretudo escritas. Ainda que a rádio seja um meio tendencialmente efémero, a forma como as palavras são entoadas e como são combinadas com música e efeitos sonoros influencia o modo com as audiências reagem aos diferentes conteúdos, o que é difícil de aferir numa situação de ausência de gravações. Não obstante, os capítulos que se seguem são uma ilustração de como é possível superar esta limitação com recurso a um conjunto diverso de fontes, nomeadamente aquelas que contêm referências às reações dos diferentes públicos aos conteúdos produzidos e transmitidos pelas estações.

## Referências

- Bolter, J. D. & Grusin, R. (1999). *Remediation. Understanding New Media*. The MIT Press.
- Bonixe, L. (2012). As Rádios Locais em Portugal — da génese do movimento à legalização. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 9(2), 313-325.
- Cristo, D. (2005). *A Rádio em Portugal e o Declínio do Regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*. Minerva.
- Maia, M. (1995). *Telefonia*. Círculo de Leitores.
- Napoli, P. M. (2019). *Social Media and the Public Interest. Media Regulation in the Disinformation Age*. Columbia University Press.
- Reis, A. I.; Ribeiro, F. & Portela, P. *Das Piratas à Internet: 25 Anos de Rádios Locais*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Ribeiro, N. (2005). *A Emissora Nacional nos Primeiros Anos do Estado Novo (1933-1945)*. Quimera.
- Ribeiro, N. (2014). *Salazar e a BBC: Informação e Propaganda*. Almedina.
- Santos, R. (2005). *As Vozes da Rádio 1924-1939*. Caminho.
- Santos, R. (2014). *A Rádio em Portugal. “Sempre no Ar, Sempre Consigo”*. Colibri.
- Santos, R. (2017). *Estudos de Rádio em Portugal*. Universidade Católica Editora.
- Santos, S. (2013). *Da Rádio Estatal Ao Modelo Integrado: Compreender O Serviço Público De Radiodifusão Em Portugal / Sílvio Correia Santos*. Imprensa da Universidade de Coimbra.